

AGRICULTURA FAMILIAR, EXTRATIVISMO DA SAMAMBAIA-PRETA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Coordenador: RUMI REGINA KUBO

O Projeto Samambaia-preta vem sendo desenvolvido, desde o ano 2000, pelo Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica (DESMA/PGDR/UFRGS), Núcleo de Pesquisas em Florestas Tropicais (UFSC) e ONG Ação Nascente Maquiné (ANAMA), nas áreas de encosta da Mata Atlântica no nordeste do Rio Grande do Sul. A partir de sua reflexão sobre a reprodução da agricultura familiar em áreas de encosta da Mata Atlântica, foi destacado o extrativismo de samambaia-preta (*Rumohra adiantiformis*), uma pteridófito, utilizada para ornamentação de arranjos florais. Esta planta, por ocorrer, dentro dos limites do Domínio Mata Atlântica, segundo a legislação ambiental (Decreto Federal 750/93; Lei Estadual 9.519/92, que institui o Código Florestal Estadual) tinha sua comercialização proibida. Este fato contrapunha-se a uma realidade local na qual um grande número de pessoas dependia direta ou indiretamente do extrativismo. Até 2001, não havia nenhum dado referente a esta atividade ou à ecologia da planta, que corroborasse ou refutasse tais ordenamentos da legislação ambiental. Desta forma, foi realizado um diagnóstico sobre a atividade e estudos sobre a biologia da espécie. A estratégia para a realização deste diagnóstico centrou-se em metodologias ligadas a etnoecologia e etnobiologia, que previa a realização de estudos de cunho biológico e sócio-econômico, tendo como premissa a existência de pelo menos dois parâmetros de conhecimento: o científico e o local (ou tradicional). Assim, o trabalho envolvia uma preocupação com o estabelecimento de metodologias oriundas das áreas biológicas buscando elucidar a autoecologia desta espécie, tendo como parâmetro os conhecimentos locais a respeito da espécie e as formas de manejo, localmente executado. Este esforço culminou com a geração de dados referentes à atividade, sua cadeia produtiva, um panorama do manejo localmente executado e do ponto de vista biológico, dados sobre crescimento e regeneração da espécie, o ambiente propício para seu desenvolvimento e alguns parâmetros que apontavam para a sustentabilidade em termos ecológicos da atividade, além do levantamento de algumas alternativas econômicas para a atividade. Todos estes pontos foram amplamente discutidos com a população local através de reuniões nas localidades que culminaram com o I e o II Encontro da samambaia-preta (realizada nos anos de 2002 e 2003 onde, na primeira foram levantados os principais problemas enfrentados pelos extrativistas e agricultores da região do Litoral Norte e no segundo o debate foi em torno dos resultados do

diagnóstico desenvolvido nestes dois anos). Baseado nestes dados, a atividade de extrativismo da samambaia foi regulamentada em 21/11/2006. A experiência e os dados acumulados colocaram em pauta os conflitos sociais ligados à emergência de uma nova sensibilidade e direcionamento mundial referente ao meio ambiente e à ecologia e sua repercussão em contextos locais específicos. Adentrar no universo produtivo local possibilitou compreender a problemática ligada à prática de uma agricultura tradicional que desde a década de 70 estava num processo de declínio, principalmente sob os auspícios de uma política hegemônica que visava a tecnificação e racionalização da agricultura. Neste contexto, compreender a instauração de uma atividade específica, o extrativismo de samambaia-preta, incorria justamente em dar luz às contradições desse processo histórico e sobretudo, a situação de agricultores, ou parcelas de pessoas, excluídos deste processo hegemônico. Compreender a ecologia da espécie, muito mais que uma abordagem biológica, requeria entender o processo histórico ao qual estão imersos estes atores sociais. A análise, neste trabalho, foi executada com contribuições da antropologia, história, economia, agronomia e biologia. Afora isto, o fato de trazer à tona esta problemática e principalmente considerando que todo este processo de diagnóstico e atuação local constituiu-se num intenso envolvimento e mobilização dos moradores locais (principalmente de Caraá, Maquiné e Osório), resultando como compromisso ético, a necessidade de proposição de soluções para a problemática exposta. Nestes termos, demandas específicas se abriram. A primeira relacionada à legislação, ou seja a necessidade de colocar na legalidade estes extrativistas, uma vez que a pesquisa levantou a possibilidade da atividade ser sustentável e com a legalidade a necessidade de políticas públicas específicas para interferir numa cadeia produtiva na qual estes extrativistas representavam a ponta menos favorecida, seja por não terem acesso aos elos seguintes, seja por não disporem de meios materiais (e tecnologias) para transpô-las. Nestes termos, era necessário reconhecer as especificidades sócio-culturais locais (o fato de serem agricultores familiares, ligados a uma agricultura de abastecimento, lançando mão de outras formas de complementação de renda como o extrativismo), as especificidades ecológicas e paisagísticas, buscando aliar a possibilidade de uma vida digna para os moradores destas áreas. Vida digna não somente do ponto de vista econômico, mas que incorria também em uma ação ampla, ligada ao conceito de cidadania, em que abrangia a inserção dentro deste debate ecológico, onde estão imersos as preocupações mundiais com a preservação e qualidade de vida. Sobretudo neste debate é que estavam manifestos os conflitos mais profundos, pois em sentido amplo, estas modificações rumo a uma sensibilidade ecológica, incorre não apenas na valorização da natureza, mas implicam em

questionar conceitos como direito de propriedade, valor da vida humana e não-humana, bem-estar social, noções bastante subjetivas e que tocam na estetização do mundo. Do ponto de vista econômico e das problemáticas ecológicas, a agricultura nos moldes tradicionais conforme executada por esta população, se apresentava inadequada, seja por lançar mão de práticas proibidas por lei, como a queimada, que colocavam os agricultores sob uma tensão constante diante da possibilidade de a qualquer momento serem surpreendidos por algum fiscalizador, mas principalmente porque não mais supriam as necessidades para a reprodução social destes grupos. A própria instauração da atividade extrativista coloca esta situação, uma vez que para as representações locais constitui-se numa atividade bastante diferenciada da praticada anteriormente por seus antepassados, ou seja, representa um índice da mudança dos tempos. Tomado como índice de mudança de um tempo, do ponto de vista produtivo coloca claramente a inflexão de um sistema produtivo baseado na agricultura para o reconhecimento da necessidade de lançar mão de outras estratégias pois, afetado pelo estatuto de área de preservação, a intervenção direta sobre a vegetação passou a ser progressivamente cerceada. A problemática em torno da samambaia-preta permite inferir que nesta relação extrativista, centrada em recursos naturais, possa haver alguns elementos que ajudem a resolver parte dos dilemas socioeconômicos em que se encontram estas populações.